

A Assíria oitocentista: formação da assiriologia e limites para uma história da antiga Mesopotâmia.

Marcelo Rede

Departamento de História – USP

A constituição da assiriologia como disciplina academicamente reconhecida e socialmente legitimada insere-se em um movimento maior, que concerne à historiografia em geral e, mais amplamente ainda, às ciências humanas. Movimento que resulta de um processo de reconfiguração dos campos de saber, bem como de seu enquadramento institucional, na passagem do século XVIII para o XIX. É, portanto, neste quadro de profunda mutação no pensamento ocidental que devem ser entendidos os rearranjos particulares que afetaram uma ou outra disciplina já estabelecida ou, como é o caso que nos interessa, condicionaram o aparecimento de novas especialidades. Trata-se, eminentemente, de um fenômeno europeu em, ao menos, dois sentidos importantes: em primeiro lugar, porque dialoga com uma secular tradição europeia de pensamento, estabelecendo com ela continuidades e rupturas; em segundo lugar, porque é no âmbito da geopolítica europeia, em particular de seus contatos com o universo então dominado pelo Império Otomano, que nascerão as novas disciplinas “orientalistas”.

Nesse sentido, é importante enumerar alguns elementos portadores de implicações consistentes na configuração da disciplina historiográfica e de suas várias modalidades. O primeiro deles é o nacionalismo, em sua vertente eurocêntrica. É um patamar que não apenas serve para delimitar as unidades de análise (delimitação que implica eleição, mas também descarte), como também fornece os critérios para a hierarquia de sua consideração à medida que organiza mentalmente o mundo a partir de um centro em relação ao qual posiciona a periferia. Uma das consequências incontornáveis é o estabelecimento de uma periodização que, em maior ou menor grau, defina linhas evolutivas consideradas dominantes ou mesmo necessárias: a sucessão de etapas no núcleo “civilizacional” pauta, assim, a avaliação das diversidades nas margens. O segundo elemento é, justamente, o evolucionismo que, originando-se nas

reflexões biológicas sobre as espécies, logo extravasará para as ciências sociais na forma da noção de progresso, tão cara aos positivistas. Em grande parte, os variados determinismos que pululam no pensamento do século XIX (determinismo do meio, das técnicas, das raças etc.) são subsidiários da matriz do progresso. O terceiro elemento a ser lembrado é o documento. Não o documento em si, mas sua reificação e seu equacionamento com o próprio conhecimento histórico. Acréscimo importante a ser feito (com impacto considerável para a história antiga): o documento histórico foi assimilado quase mecanicamente à fonte textual.

Vários autores – em particular, historiadores da historiografia – já chamaram a atenção para esses elementos e suas implicações na formação da disciplina, assim como para algumas das limitações que impuseram ao seu desenvolvimento. E. Breisach¹ não deixou de notar que a transição de uma tradição iluminista do século XVIII para a disciplina científica no século XIX não permitiu – e, a bem da verdade, não exigiu – o abandono de categorias abstratas de fundamentação filosófica. Assim, a recuperação da inspiração hegeliana possibilitou que a escola histórica alemã conciliasse a ideia de mudança, como categoria fundamental da temporalidade histórica, e as permanências, exigência incontornável de um verdadeiro saber científico. A dialética de Hegel permitia, então, vislumbrar a “verdade em movimento” e distinguir sua essência de suas manifestações particulares. Se Marx levou o postulado a um grau superior, materializando seus motores e vetores, o princípio foi mais genericamente compartilhado entre os historiadores positivistas do que se pode imaginar em um primeiro olhar. Se um Ranke postula a objetividade imparcial do não julgamento capaz de expressar os fatos tais como ocorreram, não deixa, também ele, de aliar o potencial irrefutável do documento como valor de prova a uma manifesta perspectiva metafísica da evolução histórica.

Ernest Breisach², Rudolf Pfeiffer³, Gérard Noiriel⁴ e tantos outros chamaram a atenção, igualmente, para o quadro político e sua apropriação no processo de que

¹ E. Breisach, *Historiography, ancient, medieval and modern*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983, pp. 228 s.

² *op. cit.*

³ R. Pfeiffer, *History of classical scholarship – 1300-1850*. Oxford: Clarendon Press, 1976, pp. 167 ss.

⁴ G. Noiriel, *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Belin, 1996, pp. 47 ss.

tratamos. Se a mudança tornou-se categoria fundamental, impõe-se, no mesmo movimento, a necessidade de salvaguardas que assegurem a estabilidade de um objeto de reflexão que, de outro modo, seria perigosamente movediço. O “Estado” e, mais particularmente, o “Estado-nação”, moldado à imagem das unidades políticas europeias oitocentistas, forneceu – institucionalmente, mas também moralmente – o ponto de apoio da reflexão sobre os eventos que, em sua ausência, corriam o risco de sucumbirem à dispersão inibidora do conhecimento científico. Não é sem motivo que os primeiros passos de uma institucionalização da disciplina histórica - e da construção de uma história antiga moderna – sejam dados na reação alemã à conquista napoleônica, no bojo do projeto bismarckiano de unificação e de consolidação da Universidade de Berlim. Noiriel salienta, no mais, alguns elementos que, por vezes, são pouco considerados na análise. No processo de ganho de autonomia da historiografia face às reflexões dos filósofos – isto é, da filosofia da história de um Voltaire ou de um Montesquieu -, e à medida que se transforma em um campo de reflexão dotado de regras próprias, essa nova história torna-se também o apanágio de um corpo de especialistas, de profissionais, muitos dos quais instalados nas novas cátedras universitárias. É algo consideravelmente inédito, pouco discernível nas sociedades de corte europeias até então, apesar da presença, nelas, de seus cronistas e historiógrafos palacianos. É algo também diferente do status do clérigo historiador de sua instituição eclesiástica. O que surge com o positivismo é a figura do profissional da história como um elemento da engrenagem institucional nacional que se consolida após a época revolucionária. É no quadro dessas instituições, particularmente nas universidades, que o historiador-funcionário da nação exercerá o seu “métier”. A criação da nação implicava, induzia, exigia a criação da memória nacional. Um processo paralelo (com variantes, é verdade) ocorrerá nos arquivos e, sobretudo, nos museus. Não é inútil lembrar que data desse momento a criação e consolidação dos grandes Museus Nacionais europeus, do Louvre ao British. Não se trata apenas de indivíduos profissionalizados, mas de uma “comunidade de profissionais”, com “solidariedade profissional”, portadores de uma “ideologia profissional” (os termos são de Noiriel). Enfim, uma instância produtora e também legitimadora do saber historiográfico em sua forma renovada e que começa a circular na França, na Alemanha, na Inglaterra e em outros países europeus, antes de ser emulado, com as devidas adaptações, pela nova nação norte-americana.

É esse novo paradigma de uma história científica e institucionalizada, atenta aos quadros nacionais dos recortes que opera (no presente, mas também no passado), que será defendido com afinco pelos novos historiadores positivistas e é, igualmente, o indutivismo heurístico, elevado a método, que será proposto como programa da nascente disciplina.

A crítica a que foram submetidas essas premissas norteadoras foi severa e já acumula mais de um século. Não é questão, portanto, de fazer aqui um repertório. Para o que nos interessa, apenas notemos, com Reinhart Koselleck⁵ como todo o processo de legitimação do saber historiográfico tradicional foi, em larga medida, construído a partir de uma obliteração ideológica e retórica. Ao eleger a comunidade dos pares como instância chanceladora do saber produzido, os historiadores profissionais (e não apenas do século XIX) criaram um circuito relativamente fechado, ou pouco permeável, escamoteando seus próprios elementos constitutivos: nação e nacionalismo; determinismo e progresso; objetividade documental.

Em uma acirrada crítica aos postulados originais das ciências sociais no século XIX, Immanuel Wallerstein⁶ aponta, justamente, a necessidade imperativa de descortinar e desbastar o terreno dos “mitos organizadores” das várias disciplinas das humanidades (compartilhados - em graus variados, mas indelevelmente - por liberais, conservadores e mesmo marxistas): o Estado como pretense cenário privilegiado da ação social; o progresso como fio condutor imperativo da análise da dinâmica das sociedades; o personagem como unidade básica da narrativa. É bastante fácil – e penoso – imaginar que, se tais constatações são pertinentes para as ciências sociais ditas nomotéticas, da economia à antropologia, podem e devem ser consideradas em todo o seu peso pelos que praticam uma disciplina como a história, nascida sob a égide da idiografia. No mesmo sentido, G. Iggers⁷ apontou para esse “defeito de berço” de um saber que, demandando e propalando a objetividade, foi constituído a partir de fundamentos filosóficos, políticos e ideológicos tão facilmente datáveis.

⁵ R. Koselleck, *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1997, p. 87 ss.

⁶ I. Wallerstein, *Unthinking social sciences. The limits of nineteenth-century paradigms*. 1991.

⁷ G. G. Iggers, *Historiography in the twentieth century*. Hanover-London: Wesleyan University Press, 1997.

Com as descobertas arqueológicas no Oriente-Próximo, a partir da década de 1840, e o deciframento das escritas cuneiformes, nos anos seguintes, prepara-se o terreno para o aparecimento do novo campo de saber assiriológico. Em muitos aspectos essenciais, a disciplina se define nos ares do tempo: tendo o estado-nação como principal cenário e ator da história; buscando assimilar-se aos critérios do progresso positivista que lhe garantiam uma linha segura em que ancorar seus eventos; procurando, por fim, pôr-se à altura das exigências de cientificidade e verificabilidade que legitimavam, social e academicamente, os saberes nascentes. Neste aspecto, elegeu, como de resto toda a historiografia, o documento escrito como o núcleo de sua operação heurística. O impulso inicial foi, portanto, processado de modo muito desequilibrado: ao mesmo tempo em que a assiriologia reteve como pedra angular os procedimentos filológicos e epigráficos de análise textual, relegou a cultura material para fora de suas fronteiras de interesse. No processo, duas longas e veneráveis tradições de estudo dos textos forneceram as chaves analíticas da assiriologia: a exegese bíblica e os estudos clássicos, da retórica à gramática.